

-----ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E UM:-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e um, realizou-se, no Auditório da Biblioteca Municipal de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, secretariado pelos senhores Filipe José Guerreiro Palma (Primeiro Secretário) e Manuel da Luz Guerreiro (Segundo secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Leitura de expediente;-----

-----2. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18/09: apreciação;-----

-----2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Odemira relativamente ao ano de 2000: apreciação e deliberação;-----

-----3. Alteração do Regulamento para a alienação de terrenos no Loteamento Industrial da Boavista dos Pinheiros: apreciação e deliberação;-----

-----4. Proposta de tabela de preços para a Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira – FACECO 2001: apreciação e deliberação;-----

-----5. Pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal de Odemira, do senhor António Carlos da Silva Vilhena Roberto: apreciação e deliberação;-----

-----6. Proposta de Recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelo senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, sobre “Loteamentos e outras obras particulares dentro de aglomerados populacionais”: apreciação e deliberação;-----

-----7. Proposta do senhor José Manuel Gomes Duarte, deputado municipal da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere sobre “a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 56/2001, incentivos à comunicação social”: apreciação e deliberação;-----

-----8. Pedido de Inquérito ao funcionamento dos serviços do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina: apreciação e deliberação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas quinze horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e três membros da Assembleia, a saber os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Fernandes Alves Paulino, António Eduardo Guerreiro Silva, António Maria de Jesus Guerreiro, Catarina da Luz Martiniano Ramos, Dominic Robin Cross, Dulce Loução de Matos Raposo, Filipe José Guerreiro Palma, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquim Maria da Silva Rodrigues, Joaquim Maurício Conceição Rosa, Jorge Martins Parreira, José Campos da Silva, José David Fernandes Geraldo, José Henrique Lopes, José Manuel da Silva, José Manuel Guerreiro, José Manuel Guerreiro Ferreira Silva, José Manuel Reis Guerreiro, José Maria Joana, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel Bartolomeu Afonso da Palma, Manuel da Luz Guerreiro, Manuel José Silva Correia, Maria Emília José Gomes da Silva, Maria Manuela da Silva Soares Guerreiro, Mário

Neves Páscoa Conceição, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Rui Boura Xavier, e ausentes os senhores António Carlos da Silva Vilhena Roberto, José da Silva Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, Sérgio Brigido Martins.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, esteve presente o senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira e os senhores António Manuel Viana Afonso e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, bem como o senhor Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia vinte e oito Fevereiro do corrente ano, não havia justificado as faltas os senhores Dominic Robin Cross e Rogério Manuel Bagarrão Teixeira.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não se registou qualquer pedido de esclarecimento.-----

-----**Ponto dois:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Jorge Parreira considerou que o Parque de Campismo de São Miguel encontrava-se com baixa produtividade e não estava a rentabilizar a verba investida pela autarquia.-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que o Parque de Campismo de São Miguel

era um investimento privado.-----

-----O senhor José Campos da Silva questionou em que situação se encontrava a estrada de Troviscais para a Carrasqueira, bem como se estava previsto o alargamento do pontão.-----

-----A senhora Catarina Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Bicos perguntou para quando estava prevista o início dos trabalhos na estrada das Tarrazinas, uma vez que tinha conhecimento que a obra já tinha sido adjudicada.-----

-----O senhor António Eduardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, congratulou-se com a visita do senhor Ministro da Educação para a inauguração das duas escolas tão importantes para o desenvolvimento do interior do concelho de Odemira, nomeadamente das freguesias de Colos e Sabóia.-----

-----Ainda relativamente à inauguração das escolas, lamentou que os órgãos de comunicação social não estivessem presentes e dessem mais importância ou noticiassem “coisas mesquinhas, sem qualquer importância”.-----

-----Por último, agradeceu a presença dos elementos do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas das Câmara Municipal de Odemira, que acompanhou ambos os eventos.-----

-----O senhor José Geraldo perguntou em que situação se encontrava o Plano de Pormenor de Algoceira, pois tratava-se de um assunto que já se arrastava há doze anos e actualmente estava pendente dos serviços da Câmara Municipal, e bem assim para quando estava previsto ser apreciado e aprovado neste órgão.-----

-----Por último, questionou em que situação se encontrava o processo das habitações clandestinas na freguesia de Vila Nova de Milfontes;-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a reparação da estrada da Carrasqueira/ Troviscais, já se encontrava adjudicada e tinham sido efectuados alguns estudos técnicos relativamente à possibilidade de alargamento do pontão.-----

-----Disse também que a estrada das Tarrazinas tinha sido entregue ao empreiteiro há cerca de

um mês e teria de estar concluída, dentro do prazo previsto e acordado com o mesmo.-----

-----Concordou também e agradeceu as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos, relativamente à inauguração das escolas de Colos e Sabóia.-----

-----Informou ainda que a Câmara Municipal já tinha obtido um acordo com o proprietário dos terrenos de Algoceira, relativamente ao Plano de Pormenor e à Estação de Tratamento de Águas Residuais. A posse administrativa iria ser aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Ainda em relação a este assunto, disse que posteriormente o processo seria enviado para a DGOT – Direcção Geral de Ordenamento do Território que limitar-se-ia apenas a declarar a utilidade publica com base nas deliberações dos órgãos acima mencionados.

-----Por último, relativamente ao processo das construção clandestinas na freguesia de Vila Nova de Milfontes, informou que continuavam a analisar os processos com o Gabinete Técnico Local, tendo em conta a recomendação da Assembleia Municipal: “cumpra-se a Lei, mas tendo em conta os casos sociais”. Disse ainda que estavam a equacionar a hipótese de realojamento nesses casos, e bem assim informou que haviam bastantes processos prontos para demolição.---

-----O senhor Rui Xavier questionou para quando estava previsto o jardim público de Vila Nova de Milfontes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o jardim público de Vila Nova de Milfontes estaria previsto para breve.-----

-----O senhor José Campos da Silva alertou os presentes para o facto das pessoas estarem a jogar entulho na parte superior do pontão da estrada de Troviscais/ Carrasqueira, facto que se pode tornar perigoso no Inverno devido ao entupimento das manilhas.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Ainda antes de se dar início ao tratamento dos assuntos agendados no período da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão no quinto ponto do

Período da Ordem do Dia, o pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal de Odemira, do senhor Sérgio Brigido Martins, eleito pela Coligação Democrática Unitária. Esta proposta foi aprovada por consenso.-----

-----**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Jorge Parreira, referindo-se à quarta folha do relatório de actividades, questionou sobre os critérios seguidos pela Câmara Municipal na atribuição de subsídios para as viagens de finalistas, dado que existia uma grande diferença nas verbas atribuídas aos alunos da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves e do Colégio Nossa Senhora da Graça.--

-----Ainda relativamente à atribuição de subsídios, questionou o porquê de vir mencionado dois subsídios para as Festas de Maio em Amoreiras-Gare.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que relativamente à atribuição de subsídios para as viagens de finalistas, informou que o mesmo se processava de acordo com o orçamento enviado à Câmara Municipal e relacionava-se com o número de alunos, por viagem.-----

-----Quanto ao subsídio atribuído às Festas de Maio nas Amoreiras-Gare, informou que ambos as verbas destinavam-se às referidas festas, dado que incluía também uma prova com cães da Guarda Nacional Republicana.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA RELATIVAMENTE AO ANO DE DOIS MIL: Ao dar-se início ao tratamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o senhor Presidente

da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2000:-

O Senhor Presidente submeteu à aprovação da Câmara Municipal o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 2000, que acusava no movimento orçamental um saldo da gerência anterior de 762.486.878\$00 (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO ESCUDOS):- Receita cobrada durante a gerência – 3.257.862.167\$00 (TRÊS BILIÕES, DUZENTOS E CINQUENTA E SETE MILHÕES, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, CENTO E SESSENTA E SETE ESCUDOS):- Total da receita – 4.020.349.045\$00 (QUATRO BILIÕES, VINTE MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL E QUARENTA E CINCO ESCUDOS):- Total da despesa efectuada durante a gerência – 3.892.559.683\$00 (TRÊS BILIÕES, OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS ESCUDOS):- Saldo para a gerência seguinte – 127.789.362\$00 (CENTO E VINTE E SETE MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E DOIS ESCUDOS) e, em Operações de Tesouraria, um saldo da gerência anterior de 80.580.426\$00 (OITENTA MILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SEIS ESCUDOS):- Entrada de fundos – 275.511.697\$00 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E ONZE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE ESCUDOS):- Saída de fundos – 263.989.604\$00 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E QUATRO ESCUDOS):- Saldo para a gerência seguinte – 92.102.519\$00 (NOVENTA E DOIS MILHÕES, CENTO E DOIS MIL, QUINHENTOS E DEZANOVE ESCUDOS). A conta de documentos acusava um saldo para a gerência seguinte de 2.068.929\$00 (DOIS MILHÕES,

SESSENTA E OITO MIL E NOVECENTOS E VINTE NOVE ESCUDOS).-----

-----Em cumprimento do disposto no artigo 34º. do Decreto-Lei nº.341/83, de 21 de Julho, e na alínea e) do nº.2 do artigo 64º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro e, depois de os ter examinado devidamente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, aprovar o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 2000, que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta e bem assim, apresentar os referidos documentos à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação, conforme determina a alínea c) do nº.2 do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO:- Os Senhores Vereadores eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária apresentaram a declaração de voto, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“CDU-----

-----CDU – Coligação Democrática Unitária PCP – PEV-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Ao procedermos à análise do Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano 2000, é com admiração que verificamos que nos foram distribuídos documentos, a saber: RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, CONTA DE GERÊNCIA E CONTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.-----

-----1 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES-----

-----No que respeita ao Relatório de Actividades, temos a apresentar as seguintes considerações:-----

-----1 – As páginas não têm qualquer numeração, sendo o documento apresentado um conjunto de folhas soltas;-----

-----2 – Na análise comparativa existem quadros em que consideraram nalguns o ano de 1994 até ao ano 2000, e noutros iniciam a comparação em 1997 até ao ano 2000.-----

-----Que metodologia é esta ?-----

-----3 – Foram utilizados os valores inicialmente orçamentados para efeitos de comparação, não tendo sido adicionados os valores da 1ª. Revisão do Plano e Orçamento e da Revisão Extraordinária, que aumentaram o valor global do Orçamento de 7.998.354 contos para 8.970.668 contos, por forma a traduzirem uma análise e um resultado realista.-----

-----4 – O mapa de execução orçamental referente às Classes Inactivas não apresenta qualquer valor.-----

-----Porquê ? Esqueceram-se.-----

-----5 – As despesas correntes no valor de 2.210.975 contos foram superiores ao inicialmente previsto em mais 5,06 %.-----

-----6 – Apesar de ser referido que o relatório reflecte “ o esforço desenvolvido pelo executivo municipal ” – “ socialista “, as despesas de Capital no valor de 1.681.584 contos, correspondem apenas a uma execução, que se ficou apenas de 25,3 % em relação ao previsto, ou seja:-----

-----Não foram realizados investimentos evidenciados nos anexos, que passamos a enumerar, de que se destacam:-----

-----68,87 % de investimentos no Desenvolvimento Económico;-----

-----85,98 % de investimentos no Turismo;-----

-----60,26 % de investimentos no Planeamento e gestão urbanística;-----

-----74,75 % de investimentos em Obras Municipais;-----

-----80,45 % de investimentos na Rede Viária e Espaços urbanos;-----

-----52,94 % de investimentos no Ambiente e Saneamento Básico;-----

-----90,06 % de investimentos na Educação;-----

-----55,00 % de investimentos na Cultura;-----

-----82,17 % de investimentos no Desporto e Tempos Livres.-----

-----7 – A dívida à Banca – Caixa Geral de Depósitos em 31/12/1997 apresentava o valor de 180.056 contos e em 31/12/2000 o valor de 1.365.470 contos. Não compreendemos que não tenha sido utilizado o valor de 178.620 contos, para execução de obras para as quais se contraiu o empréstimo, tendo em conta a tão reduzida percentagem de execução orçamental, quando havia compromissos assumidos perante a população, através dos Planos e Orçamentos aprovados.-----

-----8 – Não compreendemos que se arranjem justificações tais como : “ a política de transferências de competências da Administração Central para as Autarquias Locais “ ou “o recrutamento de jovens técnicos superiores, técnicos e técnicos administrativos e profissionais devido à reforma organizacional dos serviços municipais, tendo em vista a implementação do POCAL “, quando ainda não foram transferidas novas competências e quando a Associação Nacional de Municípios Portugueses aprovou no seu XII – Congresso em Vilamoura, nos dias 5 e 6 de Maio um conjunto de reivindicações, por unanimidade, não cumpridas ainda pelo Governo.-----

-----À revelia da ANMP a gestão socialista aceita obras da Administração Central, Estradas Nacionais e com aquelas afirmações provavelmente até já aceitaram outras, quando aquilo que é da sua competência não se executa.-----

-----9 – Não compreendemos que se enalteça “ o notável esforço do executivo – “socialista”, invocando-se de seguida que “ o QCA – III só em finais de 2000 começaram a ser aprovadas as candidaturas, que explicam os atrasos verificados “ ou que o anúncio do QCA – III, acalentou-nos esperanças de transferências de capital de 5 milhões de contos ”, “ destes recebemos e entraram nos cofres da Autarquia cerca de 1 milhão de contos ”.-----

-----Até nestas afirmações se foge à verdade!-----

-----O que inicialmente previam eram 2,5 milhões de contos.-----

-----O que à final, depois do mexe e remexe, ficou previsto foram 1.925.000 contos.-----

-----Mas, pasme-se, o que efectivamente entrou nos Cofres da Autarquia foram apenas 194.337 contos.-----

-----10 – Não compreendemos que inicialmente se tenham previsto um Plano e Orçamento para o ano 2000 num total de 7.998.354 contos que acrescido da 1ª. Revisão e Revisão Extraordinária passou para 8.970.668 contos e afinal a verdade é que se executou 3.892.599 contos.-----

-----Isto é, 2.210.975 contos em despesas correntes e 1.681.584 contos em despesas de capital.-----

-----O que faltou à gestão Socialista ? Se o Governo é do Partido Socialista, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo é gerida pelo Partido Socialista, o Governo Civil é gerido pelo Partido Socialista, o executivo Municipal e a Assembleia Municipal são de maioria Socialista, as Juntas e Assembleias de Freguesia são de maioria Socialista.-----

-----11 – É preocupante “ o galopante aumento “ das despesas correntes que do ano de 1999 para o ano 2000 sobem quase 300.000 contos, quando desce a execução de capital e se fica pelos 25,3 %.-----

-----Onde vai isto dar ?-----

-----2 – CONTA DE GERÊNCIA-----

-----A conta de gerência reflecte o resultado da execução orçamental.-----

-----3 – CONTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL-----

-----A conta de execução orçamental não contém o Modelo 5 TC, segundo a Resolução nº. 1/92 do Tribunal de Contas e referido na respectiva capa. Porquê ?-----

-----PELA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI ENTREGUE, VERIFICA-SE POIS A TOTAL INCAPACIDADE E INCOMPETÊNCIA DA GESTÃO SOCIALISTA

NA UTILIZAÇÃO DOS DINHEIROS PÚBLICOS (DE TODOS OS CIDADÃOS) NO
SENTIDO DO PROGRESSO DO NOSSO CONCELHO.-----

-----POR ISSO VOTAMOS CONTRA.-----

-----OS ELEITOS DA CDU.-----

-----a) - Cláudio José dos Santos Percheiro-----

-----a) - António Maria Viana da Costa-----

-----a) - Manuel da Silva Cruz-----

-----2001.03.28”.-----

-----“PROTESTO:- O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Protesto, que foi
subscrito pelos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e que, seguidamente, se
transcreve na íntegra:-----

-----“PROTESTO-----

-----Ao ser hoje apreciada e votada a Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano
de 2000, como é habitual, veio mais uma vez a CDU, Coligação Democrática Unitária nesse
tom argumentativo de quem não tendo bases concretas de crítica, joga com números e
estranhos conceitos para marcar uma posição política.-----

-----Em bom rigor e contrariamente à CDU, nós não nos admiramos porque já conhecemos
a cassete: A música é sempre a mesma.-----

-----Protestamos por isso a sua declaração de voto, já que como é evidente os argumentos
são falaciosos, assentes em falsas questões e prova-se hoje no terreno, se há algo que dói aos
comunistas e seus apoiantes é estar a ver aparecer nas obras realizadas, em curso ou
adjudicadas, vinte anos de promessas da CDU que jamais passaram do papel.-----

-----Nos pontos 1, 2 e 3 da Declaração de voto quase não valeria a pena responder. No
entanto sempre se dirá que as cópias enviadas para a CDU analisar estavam agrafadas e metidas
em envelopes, iguais aos dos outros eleitos, portanto o tratamento foi exactamente igual.-----

-----Óbvio será que os exemplares originais hoje apreciados e votados estavam numerados.-

-----A metodologia utilizada foi aquela que pudemos utilizar para mostrar ao máximo, com toda a transparência a evolução e estado das contas do município. Nuns casos foi possível ir mais longe noutros nem tanto. Porém e pela primeira vez é apresentado um Relatório de Actividades que faz a análise até, pelo menos 1997. Pode a CDU vangloriar-se de alguma vez ter apresentado tanta informação? Jamais!-----

-----Eram os números do ano e porque a lei, assim o exigia. Portanto neste capítulo, deveria pura e simplesmente remeter-se ao silêncio, atitude prudente face ao seu comportamento anterior, esse sim ocultador de uma análise mais cuidada pela Assembleia Municipal, outros eleitos do executivo e público em geral.-----

-----O ponto 3 é de facto um exemplo de quem nada tem para dizer. Tanto nos mandatos que a CDU teve a Presidência da Câmara, como nos mandatos de 98, 99 e 2000, o método utilizado foi sempre o orçamento inicial; como é óbvio porque esse é o documento de partida. Porquê agora dar um tiro nos pés e argumentar com o que nunca foi capaz de fazer?-----

-----As razões são óbvias.-----

-----No que diz respeito às despesas correntes e o seu crescimento em relação ao previsto inicialmente, em cerca de 5,06 %, não pode a CDU, até pelo princípio da boa fé e de uma correcta visão das coisas, fazer disso arma. Isto é:-----

-----Aprova na Câmara, apoios financeiros em despesa corrente a escolas, a infantários, a colectividades, a alimentação ao pré - primário e 1º ciclo;-----

-----Aprova a parceria em projectos com outras entidades que a maior parte das vezes tem custos com pessoal a termo certo, já sem falar da velha prática vinda dos seus tempos de poder de utilizar POC's, Requisitados, Formação Profissional e Estágios. Que esta Câmara Municipal na actualidade, continuou e incentivou, porque tal muitas vezes representa o sustento de famílias e a possibilidade de os jovens poderem estagiar na Câmara;-----

-----Por outro lado e como é evidente, a qualidade em termos de habilitações e formação dos funcionários é maior, pela entrada de jovens técnicos, técnicos - profissionais e administrativos já adaptados a novas tecnologias e com formação de base em áreas específicas.-

-----O balanço social vai exactamente demonstrar isso com bastante evidência.-----

-----Deve no entanto ter escapado à CDU, ou então não o quis ver, que tal valor só aparece, porque houve um abaixamento drástico na receita corrente, motivado principalmente pelo valor menor da sisa, relativamente ao ano de 1999.-----

-----Efectivamente o valor da receita corrente cobrada foi de 2.041.922.543\$00 quando a previsão era de 2.172.962.000\$00. Isto é menos cerca de 131.000 contos.-----

-----Por outro lado e tendo em conta o atraso de arranque do quadro comunitário QCA III, outra alternativa não teve a Câmara do que enveredar em muitos casos pela administração directa, recorrendo como é evidente a mais mão de obra.-----

-----Retoma-se aqui a velha questão de os custos de pessoal afecto às obras não ser aí contabilizado. Se o fosse o valor das despesas com pessoal diminuiria em cerca de 50 %. Pelo menos.-----

-----Mas o que foi o argumento da CDU durante anos e anos, parece ter sido esquecido, curiosamente, neste mandato pelos seus actuais representantes na Câmara. Mas a memória existe...-----

-----Os pontos 6, 7 e 8 retomam a lenga – lenga a que já estamos habituados, isto é:-----

-----Esqueceu-se a CDU que todo ou quase todo o Plano de Actividades, assentava como é óbvio na possibilidade de financiamento através de Contratos–Programa/outras Financiamentos da Administração Central e, também, verbas comunitárias advindas do QCA III.-----

-----Esqueceu-se a CDU, que igualmente nas câmaras por si presididas o lamento do arranque tardio existe, e vamos ver as execuções financeiras do ano 2000 para fazer comparações.-----

-----Assim a grande verdade que é escamoteada, é que para transferências financeiras a previsão era de 2.599.748.000\$00 e foi arrecadada apenas e só a verba de 40.689.583\$00. Isto é foram recebidos a menos 2.559.059.000\$00.-----

-----Para os Fundos Comunitários, a previsão foi de 1.900.000.000\$00 e a arrecadação feita foi de 182.318.619\$00. Isto é foi recebido a menos 1.717.682.000\$00.-----

-----Resumindo: apenas em duas rubricas a receita de capital baixou 4.276.741.000\$00.

Quase quatro milhões e meio de contos. Pergunta-se: É culpa nossa que parte dos investimentos a fazer com apoio da Administração Central não fossem feitos?-----

-----É igualmente culpa nossa que o Quadro Comunitário, que era para arrancar em Janeiro de 2000, apenas tivesse a primeira Unidade de Gestão em finais de Setembro, as primeiras homologações em Dezembro e que até hoje não houvesse um único pagamento à Câmara de Odemira, embora na primeira tranche de candidaturas, esta Câmara tivesse apresentado candidaturas de cerca de um milhão de contos?-----

-----Ninguém de boa fé e consciência sã poderá ajuizar, com justiça de outra maneira.-----

-----Curiosamente, ou não, os eleitos da CDU fazem-no.-----

-----E fazem-no sem rigor e com alguma maldade à mistura. Poder-se-ia perguntar o que foi feito em Odemira no período de 1994 a 1997, com um quadro Comunitário em vigor, que nos passou quase ao lado. O Partido Socialista entrou sem quadro comunitário, o que hoje vigora ainda não pagou e apenas com o orçamento próprio em qualquer dos anos de mandato PS, fez-se mais obra e o investimento em capital foi de longe maior, que no melhor ano da CDU. Os quadros mostram-no, e isso a CDU não viu, ou não quis ver.-----

-----Quanto aos acordos sobre as estradas nem vale a pena falar. A CDU como em tudo o que faz prefere ver as estradas como estão, com gente a morrer todos os dias, do que receber o dinheiro para as executar, beneficiando a população.-----

-----Não viu igualmente que todas as outras regiões excluindo algum Alentejo, fizeram

esses protocolos e hoje têm excelentes redes viárias que os servem e os enchem de orgulho.-----

-----Por isso a Assembleia dizia com amargura que as estradas do Concelho são as piores do País.-----

-----Pelos vistos a CDU quer que assim permaneçam já que não admite “cometer o pecado” de as pavimentar, recebendo para isso o dinheiro.-----

-----A população de Odemira, quando tiver as estradas pavimentadas avaliará quem tinha razão .-----

-----Espera-se, já agora, em perfeita coerência com a sua posição que a CDU não utilize tais estradas.-----

-----Para quase finalizar, sempre se dirá que a execução financeira de 2000 foi a maior alguma vez atingida pela Câmara. Inclusive no investimento de capital, embora sem quadro comunitário.-----

-----Tivesse este funcionado como se esperava, bem como tivessem aparecido os outros investimentos e a execução seria em capital de 4 ou 5 milhões de contos. As obras estavam em Plano e apenas por falta de financiamento não andaram.-----

-----De referir ainda que a CDU quando fala no empréstimo e de ainda faltar aplicar alguma verba, esqueceu-se que tal resulta no essencial da necessidade de alterar por proposta da Direcção do Sport Clube Odemirense, as bancadas do Estádio Municipal, obra já lançada a concurso, tendo o respectivo projecto de ser, todo ele, feito de novo. Aliás essa informação foi dada, atempadamente à CDU. Já agora esqueceu-se também, que a verba foi pedida para obras específicas e não pode ser gasta noutras. A CDU sabe-o bem.-----

-----Não comentamos “as bocas” relativamente a órgãos institucionais. Lamentamos até que a CDU jamais sendo governo, tivesse boas relações com ministros, secretários de estado, Directores Regionais, governadores civis etc, venha agora, achincalhar pelas costas, quem durante todos estes anos desde o 25 de Abril ajudou a Câmara, independentemente dos

governos, serem socialistas, sociais-democratas, de coligação, etc etc.-----

-----É errado, é feio e revela sobretudo um espírito mesquinho e de baixa política.-----

-----De todo reprovável, de resto.-----

-----Para finalizar, quero acentuar o protesto, pelo facto da CDU ter feito tábua rasa dos mapas que lhe foram fornecidos e para além do dinheiro já gasto no valor de 1.681.584.065\$00, não querer ver a verba cabimentada no valor de 3.762.519.952\$00.-----

-----Isto demonstra que há compromissos financeiros com obra em capital, ou outros investimentos em capital já firmados e que correspondem a empreitadas e outras acções, a maioria das quais aprovadas na Câmara com o voto da CDU.-----

-----Há por isso uma forma obtusa de ver a documentação e por isso a sua declaração de voto vale o que vale.-----

-----É de política pura, tentando confundir a opinião pública.-----

-----Em vão, porque já se viu quem está a desenvolver Odemira e aí a CDU tem quanto ao mandato passado um enorme peso na consciência.-----

-----Resta dizer que a passagem com saldo transitado foi feita com 127.789 contos. O menor dos últimos seis anos. Significativo porque significa que se gastou tudo o que se podia, talvez até com alguns riscos, porque se sabe que só a indemnização a pagar pela expropriação absolutamente inacreditável do Bairro Alagoinha em V. N. Milfontes vai ascender a 100 ou 150.000 contos.-----

-----Odemira, 28 de Março de 2001-----

-----a) – António Manuel Camilo Coelho-----

-----Subcrevo-----

-----a) – Carlos Alberto Silva Oliveira-----

-----Subcrevo-----

-----a) – José Alberto Candeias Guerreiro”.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que congratulou a Câmara Municipal pela clareza da apresentação dos documentos em causa. Por último, questionou o porquê de se investir tão pouco na defesa do ambiente, na saúde e na acção social, conforme demonstrava o gráfico presente na quinta folha do Relatório de Actividades.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que na rubrica do ambiente não estavam imputadas todas as obras a nível de criação de espaços verdes, uma vez que estas encontravam-se incluídas nas obras municipais. Quanto à saúde, informou que o que existia em gráfico era referente ao Hospital de Rectaguarda de Odemira.-----

-----Interveio o senhor José da Silva que considerou que os documentos em causa eram analisados segundo duas vertentes: técnica e política. Relativamente à primeira, considerou que não haveria na Assembleia Municipal pessoas com conhecimentos contabilísticos suficientes para os avaliar, pelo que pessoalmente iria fazê-lo politicamente.-----

-----Por último, referiu que em nove milhões de contos previstos em investimento, apenas um terço se tinha realizado, considerando que tinham ficado muitas obras por executar.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que lembrou os presentes que, na Assembleia Municipal o que estava sempre em causa era o orçamento inicial e não o final, com as revisões efectuadas ao longo do ano. Lembrou ainda que apenas no final do ano transacto é que tinha sido feita a revisão ao orçamento para inclusão das estradas nacionais.-----

-----Relembrou ainda à Assembleia Municipal os valores da despesa de capital e correntes desde mil novecentos e noventa e quatro e considerou que, se as candidaturas efectuadas no âmbito do Programa Ambiente tivessem sido financiadas, teriam aumentado consideravelmente a percentagem dos investimentos.-----

-----Por último, referiu que o saldo transitado do ano anterior era cerca de cento e vinte e sete mil contos, dos quais cerca de noventa e sete mil eram referentes ao Pavilhão Desportivo dos Alagoachos, pelo que demonstrava que tinham investido tudo o que tinham. Referiu ainda que

o que tinha ficado por fazer tinha sido por falta de verba.-----

-----Interveio o senhor Filipe Palma que considerou que apesar dos membros do Assembleia Municipal não terem formação técnica ou até tempo para analisar os documentos em causa, os mesmos estavam bem apresentados e com bastante clareza.-----

-----Considerou também que independentemente do que se orçamentava, tinha de se ser o mais realista e abrangente possível para que a execução fosse o máximo possível também.-----

-----Referiu ainda que a Câmara Municipal tinha investido tudo o que tinha e executou o máximo possível, dado que o que tinha “falhado” tinha sido um factor exterior à autarquia, pois o orçamento tinha sido feito com base num quadro comunitário que tem vindo a ter algumas dificuldades de estabilização, nomeadamente nas áreas ligadas ao Ambiente.-----

-----Por último, disse que discordava com a Declaração de Voto apresentada pelos senhores Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aquando da votação dos presentes documentos na reunião da Câmara Municipal, nomeadamente no que era referido no décimo ponto, onde se lia: “O que faltou à gestão Socialista ? Se o Governo é do Partido Socialista, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo é gerida pelo Partido Socialista, o Governo Civil é gerido pelo Partido Socialista, o executivo Municipal e a Assembleia Municipal são de maioria Socialista, as Juntas e Assembleias de Freguesia são de maioria Socialista.” Referiu que independentemente das cores partidárias das pessoas, o que interessava era o trabalho desenvolvido por elas.-----

-----Por último e relativamente à Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, informou que as cinco primeiras Câmaras Municipais com investimento aprovado eram da Coligação Democrática Unitária, facto que demonstrava não existir qualquer intenção de vínculo partidário.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que considerou que não se devia confundir as Contas de Gerência com questões de Tesouraria, uma vez que as verbas que não

tinham sido reembolsadas era uma questão de Tesouraria. Disse também que quando se orçamentava, tinha de se ser o mais realista possível.-----

-----Por último, considerou que se tinha investido o máximo que tinha sido possível investir.----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que, se em tempo útil as obras candidatas tivessem sido financiadas, teria havido mais execução. Informou também que as obras que não estivessem orçamentadas, não poderiam ser candidatas e executadas.-----

-----Interveio novamente o senhor José da Silva que informou que não era a Coligação Democrática Unitária que partidarizava o poder local, dado que numa reunião havida no Governo Civil de Beja, com um responsável do Governo, tinha sido referido que “agora podiam fazer obras para ganharem votos”. Quanto à Declaração de Voto dos Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária na Câmara Municipal de Odemira, informou que sempre que discordassem com algum assunto tinham o direito de protestar, da mesma forma que se concordassem, apoiariam.-----

-----Por último, disse que não se recordava do Partido Socialista na Assembleia Municipal, ter votado favoravelmente as Contas de Gerência.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que questionou o porquê de ainda não estarem executadas algumas obras que tinham sido planificadas nos mandatos da Coligação Democrática Unitária e orçamentadas em PIDACC pelo Partido Social Democrata.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que considerou que a execução tinha sido muito reduzida, tendo em conta o valor orçamentado.-----

-----Por último, disse que o que estava em causa não era os orçamentos elevadas, mas sim a falta de verba para execução das obras, provavelmente provocada por uma má articulação entre serviços.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor António Maria Guerreiro que informou que os membros eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal nunca

votaram contra as Contas de Gerência.-----

-----Interveio o senhor Alberto Pedras que informou que na contabilidade autárquica, quando as obras não fossem incluídas em orçamento não poderiam ser financiadas, facto que originava um empolamento dos orçamentos.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que informou que algumas das obras em execução, constavam em Planos de Actividades dos executivos da Coligação Democrática Unitária, desde mil novecentos e oitenta e sete.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que referindo-se à nonagésima folha da Conta de Gerência, questionou o porquê das Juntas de Freguesia do Partido Socialista terem mais encargos eleitorais e correspondente transferência de capital, que as outras Juntas de Freguesia.

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que os encargos eleitorais relacionavam-se com o número de mesas de voto e respectivos membros.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro independente, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata que apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

---“**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2000**---

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----O Partido Social Democrata vota contra estes documentos, por no seu entender, os mesmos revelarem uma discrepância inadmissível entre o orçamentado e o executado.-----

-----A desculpa por falta de financiamento atempado não justifica, mas culpabiliza o

executivo camarário e o Governo Central, pois deviam ser ambos mais realistas.-----

-----As despesas, quer correntes quer de capital não se traduzem em melhoria real das condições de vida das populações, nem o tão propalado investimento é visível, a não ser em obras de fachada indicadoras de um despesismo fútil.-----

-----O representante do Partido Social Democrata-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----Odemira, 26 de Abril de 2001”-----

-----Interveio o senhor José da Silva, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, que apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----"DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----Consideramos que a Conta de Gerência traduz o movimento realizado no ano de 2000 deve corresponder fielmente aos movimentos contabilísticos realizados, no entanto quanto ao relatório de actividades que tentam justificar o orçamento previsto, é de pasmar que para um valor de quase nove milhões contos previstos, tendo ficado a realização por três milhões e oitocentos mil de contos, ou seja um terço do previsto.-----

-----Dos três milhões e oitocentos mil contos gastos verificamos que dois milhões e duzentos mil contos são despesas correntes, o que é altamente preocupante, até ultrapassando o inicialmente previsto, e em despesas de capital apenas se gastou um milhão e seiscentos mil contos, com tanto que há para fazer neste concelho.-----

-----O que faltou a gestão maioria do P.S. Este desastre de execução orçamental.-----

-----Os eleitos da C.D.U.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu o seguinte: “Pasma, quando de terminados argumentos designadamente na despesa corrente, podem ser feitos agora, quando se refere na memória descritiva, que infelizmente não se permite a imputação dos vencimentos do pessoal das obras executadas, nas despesas de capital. O que era válido antes, já não se pode

fazer agora”.-----

-----**Ponto Três:** ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE TERRENOS NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA BOAVISTA DOS PINHEIROS: Ao

dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE TERRENOS NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA BOAVISTA DOS PINHEIROS, FREGUESIA DE SANTA MARIA:- Foi apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, uma proposta de alteração do “Regulamento para Alienação de Terrenos no Loteamento Industrial da Boavista dos Pinheiros”, que se passa a transcrever:-----

-----**“PROPOSTA**-----

-----1. Considerando que se encontra neste momento em condições de poder ser apreciado o projecto de loteamento municipal de Boavista dos Pinheiros;-----

-----2. Considerando a política municipal de disponibilizar lotes de terreno para habitação em bairros municipais, especialmente para classes mais desfavorecidas, em todo o concelho de Odemira;-----

-----3. Considerando as solicitações havidas, igualmente para disponibilizar outros lotes destinados a pequena indústria não poluente, comércio e/ou serviços, especialmente na zona de Boavista dos Pinheiros, e que neste momento é possível responder a tal desiderato;-----

-----4. Considerando que ainda que no que respeita a habitação é possível abrir imediatamente aos interessados e que são muitos, lotes em Boavista dos Pinheiros e Sabóia-Ladeira;-----

-----5. Considerando por fim que por absoluta desactualização e por questões de similitude e justiça com outras zonas do Concelho, urgem ser alterados os números 1 e 2 do Artigo 4º. do Regulamento para Alienação de Terrenos no Loteamento Industrial de Boavista dos Pinheiros.-

-----**Propõe-se:**-----

-----a) A aprovação do Loteamento de Boavista dos Pinheiros referido no Ponto 1 dos considerandos.-----

-----b) A alteração da hora prevista no corpo do artigo 4º, das quinze horas para as onze horas.-----

-----c) A alteração do nº.1 do Artigo 4º do RATLIBP, ficando a base de licitação a 1.000\$00/m2.-----

-----d) A alteração do nº.2 do Artigo 4º do RATLIBP, ficando fixado em 10% a percentagem de aumento por cada licitação seguinte ao lance anterior.-----

-----e) No mesmo loteamento de Boavista dos Pinheiros, a abertura de diversos talhões de terreno, designadamente:-----

-----. 23 lotes para habitação, numerados de 61-A a 61-F, de 84 a 89 e de 94 a 104, para alienação em regime de concurso por atribuição, ao preço base de 3.000\$00 por cada m2.-----

-----. 6 lotes para indústria ligeira não poluente, numerados de 51-I a 56-I ao preço de 1.000\$00/m2.-----

-----f) No loteamento de Sabóia-Ladeira, a abertura em regime de concurso por atribuição, 10 lotes ao preço de 3.000\$00 por cada m2.-----

-----Paços do Concelho de Odemira, 21 de Março de 2001-----

-----O Presidente da Câmara Municipal,-----

-----a) – António Manuel Camilo Coelho-----

-----António Manuel Camilo Coelho”.-----

-----Deliberado por unanimidade aprovar, devendo o concurso ser lançado após o registo dos lotes; mais foi deliberado, por unanimidade, que as alterações ao Regulamento propostas, deverão ser submetidas à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que questionou sobre o custo para a Câmara

Municipal deste tipo de urbanizações e a relação com o valor de venda dos lotes. Disse também que discordava com a venda dos lotes em hasta pública.-----

-----Por último, referindo-se ao quinto ponto do quarto artigo do presente regulamento, considerou que em determinados casos haviam condicionalismos extras que impediam as pessoas de celebrarem a escritura dentro do prazo previsto, pelo que discordava que perdessem a totalidade da importância liquidada aquando da adjudicação provisória.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a alienação de lotes de terreno, tinha de ser sempre efectuada em hasta pública ou em loteamento social.-----

-----Por último, disse que quando verificassem que a escritura não era celebrada dentro do prazo previsto, derivado a um condicionalismo extra, havia sempre a hipótese de se prorrogar o prazo.-----

-----Interveio o senhor José da Silva que questionou sobre a actual situação do loteamento Industrial da Boavista dos Pinheiros, nomeadamente dos lotes já escriturados, mas sem qualquer construção há meses.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**Ponto quatro:** PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS PARA A FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA – FACECO 2001: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FACECO 2001 – FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA - PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS:- Foi presente uma proposta contendo a tabela de preços a vigorar na Faceco no corrente ano e que fora, anteriormente, facultada aos Senhores Vereadores para análise e que irá ser arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciada a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a referida tabela, de acordo com o disposto na alínea a) do nº.6 do artº. 64º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, devendo submetê-la à aprovação da Exmª. Assembleia Municipal.”

-----Interveio o senhor Rui Xavier que perguntou e os valores se tinham mantido iguais aos do ano anterior, e bem assim lembrou que deveriam ser convidadas as escolas para visitarem o certame.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que s valores tinham se mantido iguais aos do ano anterior. Disse também que as escolas que quisessem visitar a feira, poderiam fazê-lo, desde que informassem por escrito a Comissão Promotora.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia.-----

-----**Ponto cinco:** PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA, DO SENHOR ANTÓNIO CARLOS DA SILVA VILHENA ROBERTO E DO SENHOR SÉRGIO BRIGIDO MARTINS:-----

-----A) ANTÓNIO CARLOS DA SILVA VILHENA ROBERTO, MEMBRO ELEITO PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: Foi presente um pedido de suspensão de mandato

por um período de seis meses, datado de um de Março do corrente ano, apresentado pelo membro anteriormente referido, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia;-----

-----B) SÉRGIO BRIGIDO MARTINS, MEMBRO ELEITO PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA: Foi presente um pedido de suspensão de mandato por um período de seis meses, datado de vinte e quatro de Abril do corrente ano, apresentado pelo membro anteriormente referido, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia.-----

-----**Ponto seis:** PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA, APRESENTADA PELO SENHOR JOSÉ MANUEL DOS REIS GUERREIRO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO TEOTÓNIO, SOBRE “LOTEAMENTOS E OUTRAS OBRAS PARTICULARES DENTRO DE AGLOMERADOS POPULACIONAIS”: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. Teotónio, e como membro dessa Assembleia Municipal, solicito a V. Ex^a que seja proposta para votação nessa

Asssembleia, a seguinte recomendação à Câmara Municipal de Odemira: Que seja dado conhecimento às respectivas Juntas de Freguesia, antes das aprovações, de todos os projectos de loteamentos e outras obras particulares, dentro de aglomerados populacionais, que digam respeito a essa freguesia, sendo em meu entender as Juntas de Freguesia quem melhor conhece os problemas existentes nessa freguesia, e é uma lacuna grave, só termos conhecimento de determinados projectos, quando já estão a ser executados, por vezes, com graves anomalias, que poderiam ter sido evitadas se atempadamente a Junta tivesse conhecimento.”-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que apresentou a Proposta de Recomendação que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COLOS-----

-----António Eduardo Guerreiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, e membro desta Assembleia Municipal, concordando com a proposta de recomendação à Câmara Municipal, elaborada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Teotónio e com a autorização do mesmo, solicitava que fosse incluído na sua proposta os seguinte:-----

-----No âmbito do quadro de atribuição de competência entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e tendo em atenção as dificuldades encontradas pelos nossos Municípios, seria oportuno delegar-se nas Juntas de Freguesia, competências nas seguintes matérias: pequenas reparação e conservações, como exemplo, construção de muros, rebocos nas habitações, reparações de telhados, etc, tudo o que não envolve-se projectos. As autorizações seriam passadas nas respectivas Juntas de Freguesias, enviando estas cópias à Câmara Municipal.”-----

-----Interveio o senhor José da Silva que referiu que concordava com ambas as propostas, no entanto chamou a atenção dos presentes para o facto das mesmas virem contribuir para um atraso na resolução dos processos.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio,

que informou que a proposta apresentada era simplesmente para que todas as Juntas de Freguesia fossem informadas dos processos que davam entrada na Câmara Municipal, relativos a cada freguesia.-----

-----Disse ainda que pretendiam apenas que fosse da competência das Juntas de Freguesia a autorização para realização de simples reparações.-----

-----Interveio o senhor Alberto Pedras que informou que, anteriormente os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia eram informados dos processos que davam entrada na Câmara Municipal e davam um parecer não vinculativo sobre cada um.-----

-----Disse também que as pequenas reparações eram autorizadas pelas Juntas de Freguesia e posteriormente eram participadas à Câmara Municipal, desde que não estivessem em causa projectos de edifícios.-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que as actas das reuniões da Câmara Municipal tinham sempre apenas uma relação das obras aprovadas e licenciadas. Revelou ainda que o problema era receberem as citadas actas nas Juntas de Freguesia muito desfasadas no tempo.-----

-----Interveio o senhor José Campos da Silva que referiu que concordava com as propostas apresentadas, pois considerava que muitas vezes as pessoas não tinham disponibilidade para se deslocarem à Câmara Municipal para solicitarem autorização para efectuarem pequenas reparações.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a lista do processo das obras apenas à acta das reuniões da Câmara Municipal de Odemira, quando chegavam às Juntas de Freguesia já tinham a aprovação e até licenciamentos.-----

-----Revelou também que não discordava que fosse dado conhecimento às Juntas de Freguesia dos processos de obras que davam entrada, para conhecimento apenas. Quanto à transferência de competências relativamente às pequenas reparações, lembrou que até nessas, por vezes,

havam complicações.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que solicitavam apenas uma informação das obras que davam entrada na Câmara Municipal de Odemira e relativamente às pequenas reparações é que consideravam que não seria necessário serem autorizadas na Câmara Municipal, mas somente na Junta de Freguesia.--

-----Interveio o senhor Rui Xavier que revelou que concordava com as propostas apresentadas.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, já com a inclusão da proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos, a qual foi aprovado por maioria, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro independente, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e cinco abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto sete:** PROPOSTA DO SENHOR JOSÉ MANUEL GOMES DUARTE, DEPUTADO MUNICIPAL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE, SOBRE “A ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO-LEI Nº 56/2001, INCENTIVOS À COMUNICAÇÃO SOCIAL”: Foi presente uma carta do senhor José Manuel Gomes Duarte, deputado municipal da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, informando da Moção apresentada e aprovada naquele órgão, na qual solicitava a suspensão do Decreto-Lei nº 56/2001, por discordar com a anulação do Porte Pago que durante muitos anos tinha sido um incentivo à comunicação social.-----

-----Dado que apenas tinha sido remetido a este órgão a informação, a qual não trazia anexa a Moção em causa, a Assembleia Municipal deliberou por consenso tomar conhecimento do

assunto em causa e bem assim, oficiar o proponente no sentido de que seja remetido a este órgão a Moção referida, para eventual apreciação e aprovação.-----

-----**Ponto oito:** PEDIDO DE INQUÉRITO AO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA: Foi presente o documento que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

---“PEDIDO DE INQUÉRITO AOS SERVIÇOS DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE-
-----ALENTEJANO E COSTA VICENTINA-----

-----Considerando que:-----

-----1. Pelo nosso ofício nº 137, datado de 06/12/2000, foi solicitado à Sua Excelência o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, se dignasse mandar instaurar um processo de inquérito ao funcionamento dos serviços do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, face às conclusões do relatório elaborado a propósito das queixas apresentadas nesta Assembleia Municipal pelo senhor Acácio Matias Pereira.-----

-----2. Na ausência de qualquer resposta, foi de novo questionado Sua Excelência o Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, acerca da decisão proferida sobre a nossa pretensão.-----

-----3. Através do ofício nº 1907, datado de 21/03/2001, nos foi dado conhecimento que o assunto transitou para Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.-----

-----4. Os acontecimentos recentes relacionados com a construção do apoio de praia da Franquia, em Vila Nova de Milfontes que culminaram no envio do ofício 52/CIP/01 – PNSACV, configurando em meu entender mais uma situação no mínimo estranha e de legalidade duvidosa.-----

-----Propõe-se:-----

-----1. Que a Assembleia Municipal aprove deliberação no sentido de reforçar a urgência

do inquérito ao funcionamento dos serviços do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, face aos recentes incidentes com os pareceres emitidos pelo referido serviço a propósito do apoio de praia da Franquia, em Vila Nova de Milfontes.-----

-----2. Que com a máxima urgência seja dado conhecimento a esta Assembleia Municipal da deliberação que sobre este pedido venha a recair, e bem assim o resultado pelo eventual inquérito.-----

-----Odemira, 26 de Abril de 2001”-----

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que concordava com o presente documento, e bem assim questionou em que situação se encontrava o processo do “Quebramar”.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o presente documento, o qual foi devidamente aprovado por maioria, correspondendo a catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e seis abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que relativamente ao Quebramar informou que tinha vindo a ter reuniões com o Instituto de Conservação da Natureza e o acordo efectuado numa das reuniões é que não seria objecto de divulgação pública o resultado das reuniões havidas sem que existissem novos dados no processo.-----

-----Disse também que, a existir um processo, o mesmo teria de estar conforme o POOC. Disse ainda que actualmente a obra encontrava-se parada e aguardavam instruções do Instituto de Conservação da Natureza.-----

-----Interveio o senhor Capitão Escada, residente em Vila Nova de Milfontes, que informou que tinha vindo à presente sessão por causa do Quebramar. Disse ainda que nas reuniões havidas, a população de Vila Nova de Milfontes tem vindo a apoiar as decisões da Câmara Municipal de Odemira e da respectiva Junta de Freguesia. Revelou também que não estava contra a construção do novo apoio de praia, mas sim contra o modo de funcionamento do mesmo, dado que funcionava como bar e discoteca, encerrava muito tarde, tinha muito ruído e mau ambiente.-----

-----Interveio novamente o senhor presidente da Câmara Municipal que informou, que a Lei considerava a existência de um apoio de praia para a Franquia e ninguém estava contra isso, mas sim contra a forma como vinha a funcionar o estabelecimento em causa.-----

-----Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, residente em Vila Nova de Milfontes que informou, que a população não estava contra as decisões da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia ou ainda relativamente à existência do apoio de praia, mas sim contra o funcionamento do estabelecimento em causa.-----

-----Por último, informou que a deslocação daquele equipamento para outro local que não estava de acordo com o POOC, iria criar um vazio e abrir uma brecha naquela zona da praia, o que provocaria em pouco tempo o desaparecimento da areia e a consequente subida das águas.-

-----Mostrou ainda a todos os presentes algumas fotografias de mil novecentos e noventa e um, da zona onde se encontra instalado o Quebramar e informou que nesse ano tinha sido o último ano que aquela praia tinha obtido a Bandeira Azul, dado que nessa altura o concessionário tinha resolvido abrir uma fossa na praia.-----

-----Inteveio a senhora Maria [REDACTED] Quaresma, residente em [REDACTED] que perguntou em que termos se iria processar o apoio de praia nesta época balnear, uma vez que o processo se encontrava num impasse.-----

-----Interveio o senhor João Castanheira, residente em [REDACTED] que referiu

que não entendia o porquê de, em todo o país, os processos terem sido resolvidos muitos deles através da demolição e no Quebramar ninguém podia fazer nada.-----

-----Por último, referiu que, de ano para ano, a água estava a subir, a areia a desaparecer e a própria praia estava a ser “engolida” pelo rio, pelo que não entendia o porque de teimarem em colocar um apoio de praia, numa zona sujeita a futuramente ser atingida pelas marés.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que lembrou os presentes que o apoio de praia em causa estava contemplado no POOC, o qual esteve em discussão pública sem ninguém ter levantado algum problema. Considerou ainda que, por vezes, não se questionavam os assuntos na altura certa e posteriormente quando os problemas surgiam já era tarde demais.-

-----Interveio o senhor Romeu Mateus, residente em Vila Nova de Milfontes que considerou que os apoios de praia eram importantes, porém discordava com a localização do Quebramar. Disse que tratava-se da zona de maior dimensão da praia da Franquia, onde se podiam praticar desportos e com a nova localização do estabelecimento isso iria ficar em causa.

-----Interveio o senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes que informou, que ninguém estava contra o POOC, mas sim questionavam o cumprimento desse documento. Revelou também que existia uma ordem de demolição que nunca tinha sido cumprida.-----

-----Face ao exposto, questionou sobre a legitimidade da Servipraia em ser o concessionário daquela praia, uma vez que o POOC previa que as licenças de construção dos equipamentos fossem válidas por dois anos e a do Quebramar tinha caducado em Dezembro do ano transacto.

-----Interveio o senhor Cláudio Percheiro, Vereador da Câmara Municipal de Odemira, eleito pela Coligação Democrática Unitária, que informou que o POOC tinha sido objecto de discussão pública e tinha sido contestado, nessa altura, pela Câmara Municipal, dado que não aceitavam a imposição que estava a ser feita aos apoios de praia existentes. Relativamente a Vila Nova de Milfontes, informou que tinham sugerido a utilização dos balneários públicos

existentes perto da praia, para apoio de praia, ficando o restaurante como estava.-----

-----Informou também que a contestação tinha sido feita por escrito e tinham informado a Câmara Municipal que antes da aprovação do POOC haveria uma reunião, facto que não aconteceu tendo o citado documento sido aprovado e publicado, sem qualquer averiguação das reclamações.-----

-----Por último, considerou que a população de Vila Nova de Milfontes contestava o modo de funcionamento do Quebramar. Disse também que não tinha sido a Câmara Municipal que tinha autorizado o início dos trabalhos do novo Quebramar, uma vez que desde Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, nenhum projecto de obras era aprovado na reunião da Câmara Municipal, tratava-se de uma delegação de competências, nos termos da Lei, nos senhores Presidente da Câmara e Vereador do respectivo Pelouro.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a treze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e vinte e cinco minutos.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada

pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----